

---

## CADERNO DE ENCARGOS

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO E  
SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA DO MUNICÍPIO DE VISEU À 3ª CONVOCATÓRIA  
DO PROGRAMA EUROPEU – EUROPEAN URBAN INITIATIVE – INNOVATIVE ACTIONS  
(EUI-IA), APOIADA PELA UNIÃO EUROPEIA**

---

## PARTE I

### CLAÚSULAS JURÍDICAS

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Cláusula 1ª

###### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar e tem por objeto principal a **Prestação de Serviços de Assessoria para o Desenvolvimento e Submissão de Uma Candidatura do Município de Viseu à 3ª Convocatória do Programa Europeu – European Urban Initiative – Innovative Actions (EUI-IA), apoiada pela União Europeia**, seguindo as especificações técnicas previstas e presentes no Anexo I deste documento.

##### Cláusula 2ª

###### Forma e Documentos do Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) O presente Caderno de Encargos;
  - b) A proposta adjudicada;
  - c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

##### Cláusula 3ª

###### Prazo contratual

O prestador de serviços obriga-se a executar o serviço, com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos, até à submissão da candidatura (14/10/2024), com efeitos a partir da data de notificação da adjudicação e início dos trabalhos ou da data da assinatura do contrato.

##### Cláusula 4ª

###### Preço Base

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do serviço objeto do presente procedimento para a formação de contrato é de 15 000,00 € (quinze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%).

#### CAPÍTULO II

#### OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

## **SECÇÃO I**

### **Cláusula 5ª**

#### **Obrigações Principais do Prestador de Serviços**

1. O fornecedor obriga-se ao cumprimento do Caderno de Encargos e demais legislação aplicável.
2. Com a aceitação dos trabalhos pela Entidade Adjudicante, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver no âmbito da execução do contrato, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, não sendo devida ao Adjudicatário qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.
3. O desenvolvimento do trabalho e demais elementos exigidos pela entidade adjudicante, encontram-se definidos e estruturados nas Especificações Técnicas, ao qual o Adjudicatário deverá obedecer.
4. A título acessório, o prestador do serviço fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à presente prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita, pontual e completa execução das tarefas a seu cargo.
5. A responsabilidade pela execução de todos os serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário é só dele, salvo no caso de cessão da posição contratual devidamente autorizada.
6. Caso o Adjudicatário pretenda realizar qualquer parte dos serviços objeto do contrato por subcontratação, deverá requerer previamente a competente autorização da Entidade Adjudicante, seguindo-se o regime e tramitação previsto nos artigos 318º a 321º do Código dos Contratos Públicos.
7. A Entidade Adjudicante poderá recusar a subcontratação com os fundamentos previstos no artigo 320º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 6ª**

#### **Responsabilidade**

1. O Adjudicatário assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a Entidade Adjudicante pela prestação de serviços.
2. O Adjudicatário responde, nomeadamente, por quaisquer erros, deficiências ou omissões na Prestação de Serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o Adjudicatário provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela Entidade Adjudicante.

3. Sempre que os erros, deficiências ou omissões na Prestação de Serviços resultem de dados fornecidos pela Entidade Adjudicante, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378º do Código dos Contratos Públicos.
4. Em qualquer altura e logo que solicitado pela Entidade Adjudicante, o Adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta do Adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
5. Se a Entidade Adjudicante tiver que assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do contrato ou deste Caderno de Encargos são da responsabilidade do Adjudicatário, este indemnizá-la-á pelos montantes assumidos e demais despesas incorridas, assistindo à Entidade Adjudicante o direito de regresso das quantias que pagou ou tiver que pagar.
6. A Entidade Adjudicante não responde por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo Adjudicatário, salvo culpa comprovada dos agentes da Entidade Adjudicante, no exercício das respetivas funções.
7. As ações de supervisão e/ou aprovação da Entidade Adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Adjudicatário no que se refere à prestação de serviços.

#### Cláusula 7ª

##### **Sigilo e Confidencialidade**

1. A entidade adjudicante e o fornecedor obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos objeto do contrato e tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários ou colaboradores que se encontrem envolvidos no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta ou exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do âmbito dos números anteriores toda a informação gerada por força da execução do presente contrato, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público. As obrigações previstas na presente Cláusula mantêm-se, independentemente da cessação do presente contrato por qualquer motivo.

## **SECÇÃO II**

### **Obrigações do Município de Viseu**

#### Cláusula 8ª

##### **Preço Contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, o Município de Viseu deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Viseu, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos.

#### Cláusula 9ª

##### **Condições de Pagamento**

1. A quantia devida pelo Município de Viseu será paga da seguinte forma, mediante a apresentação de fatura pelo prestador de serviço:
  - a) 20% após a entrega do estudo prévio;
  - b) 80% após a submissão da candidatura.
2. O prazo do pagamento é de 30 dias a contar da data da receção da fatura na sede da entidade adjudicante, nos termos do artigo 299º do Código dos Contratos Públicos.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Viseu, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a apresentar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### **SECÇÃO III**

#### **Penalidades contratuais e resolução**

#### Cláusula 10ª

##### **Penalidades**

1. Se o adjudicatário não cumprir o prazo de conclusão estabelecido para a prestação de serviços, acrescido de eventuais prorrogações concedidas, ficará sujeito à sanção diária de um por cem do preço contratual.
2. Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a 20% do preço contratual, a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329º do Código dos Contratos Públicos.
3. A cobrança das eventuais sanções em que o Adjudicatário incorra, será efetuada, a critério da Entidade Adjudicante, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade, sem mais formalidades, ou por acionamento das garantias em poder do Entidade Adjudicante.

## Cláusula 11ª

### Resolução

1. Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como no disposto da parte final do nº1 do artigo 325º e ainda no disposto dos artigos 333º e 448º do Código dos Contratos Públicos, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo adjudicatário, após este último ter sido notificado para cumprir e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação, nomeadamente e comprovadamente nos seguintes casos:
  - a) Quando o Adjudicatário não der aos trabalhos o andamento necessário para assegurar a conclusão no prazo contratualmente fixado, salvaguardando as situações em que a Câmara Municipal de Viseu dê indicações expressas sobre outras orientações do trabalho;
  - b) Quando se verificar inobservância das disposições do presente Contrato ou quaisquer circunstâncias que revelem a existência de má-fé por parte do Adjudicatário.
2. A Entidade Adjudicante poderá resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do Adjudicatário, designadamente nos casos seguintes:
  - a) Se o Adjudicatário, sem previa autorização escrita da Entidade Adjudicante, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes da presente Prestação de Serviços;
  - b) Quando não se verifique o início da Prestação de Serviços no prazo contratualmente fixado.
3. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores não afasta o direito de a Entidade Adjudicante vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do Adjudicatário e da resolução do contrato.
4. Se a resolução do contrato for imputável ao Adjudicatário, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos serviços afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
5. Em caso de resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicante ficarão automaticamente retidas e em seu poder todas as importâncias que este deva ao Adjudicatário por trabalhos executados ou que estejam em seu poder, como garantia até ao apuramento da responsabilidade do Adjudicatário.
6. Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do Adjudicatário será o montante respetivo deduzido nos depósitos, nas quantias em dívida ou por acionamento das garantias, pagando-se-lhe o saldo se existir.
7. Caso, nos termos previstos no número anterior, haja um saldo a favor da Entidade Adjudicante, o mesmo deverá ser pago pelo Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a sua notificação.
8. A Entidade Adjudicante, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se no direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334º do Código dos Contratos Públicos, total ou parcialmente, o contrato com o Adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, enviada, sempre que possível, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

9. A Entidade Adjudicante poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 12ª

##### **Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhes fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados à sociedade do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação de prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **SECÇÃO IV**

##### **Disposições Finais**

Cláusula 13<sup>a</sup>

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 14.<sup>a</sup>

**Tratamento e Proteção de Dados Pessoais**

1. O Prestador de Serviços compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (“RGPD”) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD (“LERGPD”), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
  - a) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
  - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos, durante a vigência do contrato, e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Contraente Público, ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele;
  - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado e prestar toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
  - d) Não contratar outro subcontratante sem que o Contraente Público tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral, devendo informar de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, podendo o Contraente Público opor-se às referidas alterações;
  - e) Caso o Prestador de Serviços seja autorizado pelo Contraente Público a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das entidades subcontratadas, bem como por toda a atuação das mesmas.
  - f) Garantir que os prestadores de serviços ulteriores, ou sub-subcontratantes, cumprem a legislação aplicável em matéria de proteção de dados, devendo tal obrigação constar dos



contratos escritos que o Prestador de Serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas, considerando-se responsável, perante o Contraente Público, pelo cumprimento das obrigações dos sub-subcontratantes.

- g) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- h) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- i) Assegurar o cumprimento do RGPD, LERGD e demais legislação, relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Prestador de Serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;
- j) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- l) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- m) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- n) Utilizar medidas de segurança física, nomeadamente, a separação lógica dos processos e dos dados pessoais do Contraente Público, dos dados pessoais de outros clientes do Prestador de Serviços, a utilização de backups, o armazenamento de documentos em área ou salas trancadas de acesso restrito;
- o) Utilizar medidas de segurança lógica quando necessário, nomeadamente, a pseudonimização ou a cifragem dos dados pessoais, o controlo de acessos, a restrição de acessos através de contas de utilizador com permissões específicas e a utilização de *logs* de atividade, ou demais regras que resultem da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, e da Diretriz da CNPD sobre medidas organizativas e de segurança aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais.

- p) Adotar as medidas técnicas apropriadas para salvaguardar a segurança das suas redes de comunicação eletrónicas e/ou dos serviços prestados ao Contraente Público ou utilizados para transferir ou transmitir dados pessoais;
  - q) Prestar assistência ao Contraente Público, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativamente aos direitos dos titulares dos dados, nos termos previstos no RGPD, designadamente, o exercício dos direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade dos dados, oposição de tratamento e de revogação do consentimento;
  - r) Notificar de imediato o Contraente Público, caso o pedido do titular dos dados tenha sido apresentado diretamente ao Prestador de Serviços, e abster-se de responder ao pedido, salvo se autorizado a fazê-lo pelo Contraente Público;
  - s) Notificar o Contraente Público de forma imediata, e em qualquer circunstância no prazo máximo de 24 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato a fim de permitir ao Contraente Público, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º e 35.º do RGPD;
  - t) Não disponibilizar ou publicar qualquer informação, comunicação, aviso, *press release*, ou relatório sobre qualquer Violação de Segurança, em relação aos dados pessoais tratados no âmbito do presente contrato, sem aprovação prévia do Contraente Público.
  - u) Prestar apoio na concretização de qualquer avaliação de impacto sobre a proteção de dados, quando solicitado pelo Contraente Público, e colaborar com este na implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade identificados.
  - v) Disponibilizar, a pedido do Contraente Público, e mediante um pré-aviso razoável, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações acima, bem como permitir que representantes do Contraente Público auditem a conformidade do Prestador de Serviços com requisitos previstos na presente cláusula e na legislação aplicável;
  - w) Permitir o acesso do Contraente Público aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, no âmbito do presente contrato, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes.
2. O Prestador de Serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.
3. Os detalhes das operações de tratamento, em particular, a duração, a natureza e a finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais e as categorias dos titulares dos dados, são especificadas no Anexo II deste Caderno de Encargos, do qual faz parte integrante.

4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Prestador de Serviços, enquanto subcontratante, é efetuado de acordo com as instruções do Contraente Público, na qualidade de responsável pelo tratamento de dados.
5. Finda a vigência do contrato, o Prestador de Serviços tem a obrigação, consoante a escolha do Contraente Público, de eliminar/apagar ou devolver os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, salvo sea conservação dos dados for exigida ao abrigo da legislação aplicável em matéria de proteção de dados.
6. Caso seja solicitada qualquer informação relativa a dados pessoais por lei, por ordem judicial, por mandado, ou por notificação ou qualquer outro processo judicial legal, as partes cooperaram no sentido de remeter a informação no mais curto espaço de tempo possível, permitindo cumprir à parte interessada o respetivo prazo legal.
7. O Prestador de Serviços deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
8. O Contraente Público designou um Encarregado de Proteção de Dados, que poderá ser contactado através do seguinte endereço eletrónico: [epd.rgpd@cmviseu.pt](mailto:epd.rgpd@cmviseu.pt).

#### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### **Execução de Caução**

Não haverá lugar à prestação de caução, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em especial pelo Código dos Contratos Públicos (Dec. Lei nº 18/2006, de 29 de janeiro, na sua atual redação).

## **PARTE II**

### **ANEXO I**

#### **Especificações técnicas**

##### **0. Introdução**

Pretende o Município de Viseu elaborar e submeter uma candidatura à 3ª Convocatória do Programa Europeu – European Urban Initiative – Innovative Actions (EUI-IA), em que o Município de Viseu será o líder da parceria.

“Em tempos de rápida urbanização, a Europa enfrenta cada vez mais desafios urbanos terríveis, que vão desde a crise sanitária mundial e o aumento da digitalização até às desigualdades sociais, às alterações demográficas, às alterações climáticas e à degradação ambiental.

Para enfrentar estes desafios prementes, as cidades da UE devem transformar-se e adaptar-se, incentivadas a desenvolver o seu potencial criativo e inovador, dentro dos limites das suas competências, financiamento e capacidade.

Nesta perspetiva transformadora para as cidades, a Iniciativa Urbana Europeia (EUI), financiada pela União Europeia, apoia áreas urbanas de todas as dimensões com ações inovadoras, capacitação e construção de conhecimento, bem como desenvolvimento de políticas e comunicação sobre desenvolvimento urbano sustentável.”

##### **1. Descrição do serviço:**

- Análise dos detalhes da convocatória e enquadramento do projeto;
- Apoio na definição do racional e linha condutora do projeto;
- Apoio na identificação e convite a parceiros, se aplicável;
- Coordenação no processo de compilação e preparação da informação administrativa necessária para o projeto;
- Análise e tratamento de informação temática;
- Redação da memória descritiva, tendo por base o formulário e elementos para candidatura;
- Suporte na definição do plano de atividades e tarefas a desenvolver;
- Fundamentação e enquadramento das atividades e investimentos;
- Suporte na construção do orçamento e elementos financeiros;
- Fundamentação do mérito e diferenciação do projeto;

- Revisão final da proposta por parte de avaliador/perito (UIA/URBACT);
- Gestão de informação administrativa;
- Coordenação do processo de submissão da candidatura, utilizando a plataforma eletrónica EUI-IA's Electronic Exchange Platform (EEP).

## **2. Fases do Processo, Calendarização e Prazos de Execução:**

- a) 1ª Fase - Entrega do estudo prévio (metodologia e plano de trabalho), até ao dia 13 de setembro de 2024;
- b) 2ª Fase – Submissão da candidatura EUI-IA, até ao dia 14 de outubro de 2024.

## ANEXO II

### Informações sobre o tratamento de dados

#### 1. Descrição do tratamento de dados pessoais

Categorias de titulares	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> Municípes; Colaboradores; Utilizadores; Clientes</li> </ul>
Categorias de dados pessoais tratados	<p><i>Dados de identificação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> Nome, fotografia, número de identificação civil, número de utente de saúde, número de segurança social, número de sistema de proteção de saúde (quando aplicável);</li> </ul> <p><i>Dados de contacto:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> Morada, e-mail, telefone;</li> </ul> <p><i>Dados de faturação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> Número de identificação fiscal, montante cobrado, IBAN;</li> </ul> <p><i>Vida familiar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> Estado civil, número de filhos ou pessoas dependentes e/ou qualquer outra informação necessária para atribuição de benefícios ou determinar os complementos salariais;</li> </ul> <p><i>Vida profissional:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> CV, situação profissional, escolaridade, formação, distinções, diplomas, data de admissão, cargo, categoria profissional, nível salarial e tipo de contrato;</li> </ul> <p><i>Dados de ordem financeira e patrimonial:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> Remuneração, remunerações suplementares, variáveis ou montantes fixos, subsídios, férias, assiduidade, licenças, ou outras informações relacionadas com remunerações suplementares, montante ou taxas de contribuições obrigatórias ou facultativas, métodos de pagamento, nome do banco e número da conta bancária (NIB ou IBAN), rendimentos, património;</li> </ul> <p><i>Dados de tráfego e de localização:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> endereços IP, logs, identificadores dos terminais, identificadores de ligação, dados de data e hora, dados de GPS, GSM; pontos wi-fi;</li> </ul> <p><i>Dados de navegação na internet:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> IP de cookies de sessão, cookies de utilizadores, cookies de terceiros, dados de navegação;</li> </ul> <p><i>Perfis:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> hábitos de vida, bom devedor, saudável;</li> </ul> <p><i>Dados de categorias especiais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas e filosóficas, filiação sindical, dados genéticos, dados biométricos (controlo de acesso físico, controlo de acesso lógico), dados sobre a saúde, a vida sexual e a orientação sexual;</li> </ul> <p><i>Dados relacionados com condenações penais e infrações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplos:</b> registo criminal.</li> </ul>

Natureza do Tratamento	<p>[Descrição pormenorizada do tratamento]</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Exemplo:</b> A prestação dos serviços de <b>XXXX</b> implica o tratamento dedados pessoais de colaboradores da Primeira Outorgante. A Segunda Contratante trata a informação mediante as instruções da Primeira Outorgante, de acordo com as necessidades definidas, não tendo relação direta com as pessoas cujos dados pessoais processa. Implica as atividades de: Registo e armazenamento da informação da Primeira Outorgante; Eliminação ou destruição da informação quando requerido pela Primeira Outorgante e o término do serviço. Os dados são fornecidos pela Primeira Outorgante, na qualidade de responsável pelo tratamento, através de ficheiros encriptados e são armazenados em servidores locais da Segunda Outorgante, sem recurso a subcontratantes ulteriores.</li> </ul>
Duração do Tratamento	<p><b>Exemplo:</b> [indicar período], outro prazo que se revele necessário para a prossecução da finalidade do contrato;</p>